

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE FERNANDO DE AZEVEDO E FLORESTAN FERNANDES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS

Marcos da Silva Aguiar¹
Joel Severino da Silva²

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de discutir, ainda que não em total profundidade, sobre a contribuição do pensamento político educacional de Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes à construção da educação brasileira pública e gratuita como elemento primaz ao desenvolvimento e mudanças sociais. Metodologicamente, assenta-se num estudo bibliográfico, especialmente, a partir de textos estudados na disciplina de Educação, Cultura e Sociedade – do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc. Observou-se, primeiramente, que a contribuição de ambos os pensadores à Educação Nacional esta na defesa da educação como fator de mudança social profunda e que, ambos os autores analisam a educação em termos, sobretudo, sociológicos. Em segundo lugar, destaca-se a concepção filosófica que Fernandes imprime a educação científica como instrumento de mudança social aplicada. Em terceiro, a leitura estrutural da sociedade e do lugar da educação que Fernandes, através do Movimento Escola Nova, problematiza concernente as mudanças educacionais pública. Por fim, destaca-se a importância de continuidade do estudo desses pensadores no cenário político educacional brasileiro, apesar obviamente, dos limites epistêmicos, os quais não escapam a quaisquer que seja o pensador ou epistemologia.

Palavras-chave: Educação, Educação pública, Azevedo e Fernandes.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo discutir, ainda que de forma preambula e não comparativa, a contribuição político educacional do pensamento de Azevedo e Florestan à construção da educação brasileira em meados do século XX, especialmente a partir do escolanovismo, onde insere-se o pensamento de Azevedo. Este, pertencente a primeira geração do pensamento educativo nacional – em termos democráticos, públicos, gratuitos e laicos – atuou em defesa da educação como fator de mudança social. Florestan Fernandes por sua vez, ateu-se à análise sociológica da educação brasileira, como pressuposto à promoção da equidade social.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Mestrando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEduc/UFPE, marcos.aguiar27@hotmail.com;

² Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Mestrando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação – PPGEduc/UFPE, joelsilva.educar@gmail.com;

O artigo tem como palco de reflexão, o pensamento destes autores, em função de ambos oferecerem reflexões sociológicas da educação “essenciais” à promoção e/ou superação das vultosas desigualdades sociais e de classes, subjacentes à estrutura do conjunto da sociedade Nacional, à época de efervescentes debates e disputas no campo da educação. Outro elemento pelo qual este artigo está embasado, é o fato de ambos discutirem a educação enquanto política pública, gratuita, laica e democrática. Todavia, reiteramos, o foco aqui não é uma análise aprofundada nem comparativa entre os referidos, e sim, em termos preâmbulos, trazeremos alguns apontamentos significativos para pensarmos a educação na atualidade face aos dilemas colocados à educação brasileira e questões que penduram na atualidade.

A construção deste artigo origina-se a partir das discussões e problematizações levantadas nas aulas da disciplina de Educação, Cultura e Sociedade do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Apoiar-se em um estudo bibliográfico, a maioria dos textos, trabalhados na referida unidade curricular.

Didaticamente, está organizado em três momentos. No primeiro, situa-se os teóricos sobre suas preocupações referente ao “projeto” Nacional de educação universalizada a toda a população, pois tinham a “esperança” na educação como instrumento *sine qua nom* ao progresso e desenvolvimento do país, àquela época, em vias de industrialização. Em seguida, uma reflexão, ainda que em termos esporádicos, sobre a contribuição dos referidos autores no cenário educacional no país. Por fim, à guisa de considerações “finais”, reitera a relevante contribuição dos mesmos no campo político da educação Nacional, ainda que, essa não tenha superado radicalmente, os ranços históricos que os permeavam/permeiam.

Muitos destes, não encontrados facilmente na literatura histórica, conforme Saviani (2008), desde os primeiros trezentos anos de presença europeia no Brasil, até a chegada da Família Real em 1808, há poucos registros neste aspecto. Contudo, é sabido que, isso não significa que os povos indígenas não tivessem os seus sistemas educativos. À luz da ampla produção bibliográfica referente a história ou sociologia da educação, especialmente da “clássica” obra, História das Ideias Pedagógicas no Brasil, de Saviani (2008), só de ensino catequético/jesuítico foram um pouco mais de dois séculos de um modelo de educação demarcada absolutamente pelo viés colonial Católico até o período pombalino.

Segundo esse autor, as reformas pombalinas ainda que significassem em certa medida, um avanço, não apontavam elementos no sentido de se implantar um projeto comum/universal de educação a nível Nacional, como se almejou no escolanovismo. Ao contrário, estava o projeto educacional pombalino, alicerçado no ideário iluminista – em Portugal – de Antônio Verney, especialmente de sua obra, o Verdadeiro Método de Estudar –, a qual não só criticara

piamente como culpabilizava o *Rátio Studiorum* dos jesuítas, do atraso lusitano (SAVIANI, 2008).

Apesar que, a chegada da Família Real “trouxera” iniciativas importantes visando a atender as demandas da Corte Lusa não significou mudanças significativas na educação brasileira à todos cidadãos. Inclusive, até o Ato Adicional de 1834 apontava um não interesse da República pela instrução primária, a qual ficara a cargo das províncias. Medida ancorada numa suposta descentralização do poder central concernente a educação, medida que dificultou um desenvolvimento sistêmico, cooperativo no desenvolvimento das políticas públicas educacional e a instrução pública. Anteriormente, na Constituinte de 1823, em um discurso inaugural D. Pedro I salientou: “Tenho promovido os estudos públicos, quanto é possível, necessita-se de uma legislação especial”(CHIZZOTTI, 2014) Tais promoção a instrução pública D. Pedro I diz respeito ao Colégio das Educandas, sobre a administração pelo bispo do Rio de Janeiro e a Escola de Ensino Mútuo.

Segundo Saviani (2008), as rédeas em direção a uma proposta de educação pública, laica e democrática só vem se dá no Brasil, através do Manifesto de 1932. Este, tinha em foco, introduzir ao sistema educacional do país a filosofia conhecida como Escolanovismo ou Escola Nova, cujas diretrizes alinhavam-se a um projeto de educação pública universalizada fundamentada nas diretrizes nacionais e na articulação dos entes federados.

Para Azevedo (1932), o novo desenho social do Brasil fazia emergir uma demanda radical pela educação. Neste aspecto, carecia a educação, tornar-se um projeto nacional. Para esse autor, o problema da educação nacional seria sanado com base em três pilares, os quais já forma mencionados: público, gratuito e democrático; outro fator também muito empreendido pelos pioneiros era o laicismo. Para o autor é “impossível” superar os problemas de ordens sociais, políticas e econômicas no país sem uma reforma radical no cenário pedagógico nacional. Onde um país que estava à emergência da recente industrialização e urbanização, não poderia ignorar a nova realidade. Portanto, a educação estava para aquele pensador e para os escolanovistas, no trilho irrevogável do desenvolvimento holístico do país, especialmente, cultural e econômico.

Neste interim, envolve a dualidade existente na educação de massa e a formação das elites. Nesse processo de transição, enquanto intelectual orgânico, seu pensamento, se estrutura contra as contradições existentes no âmbito da economia política própria do regime totalitário.

Neste mesmo aspecto, insere-se as noções sociológicas do pensamento de Florestan sobre a educação enquanto transformação social na esteira relação entre educação e sociedade,

tomando como ponto de partida a realidade social brasileira e constante necessidade de transformação.

METODOLOGIA

O texto em tela, nasce a partir de leituras e debates sobre a sociologia e educação face à educação pública brasileira que desenvolvemos no Curso de Mestrado em Educação (do primeiro semestre letivo de 2019) da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdU, na disciplina de Educação, Cultura e Sociedade. E foi se complementando com outras leituras de reflexões que realizávamos em ambiente de estudos enquanto mestrandos em educação. Priorizou-se neste estudo, textos, livros, dissertações e teses que abordam a produção bibliográfica de Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo.

Adotamos no texto em curso, uma perspectiva metodológica bibliográfica, a qual Slavador (1986) a entende enquanto estudo teórico operado a partir de reflexões de fontes. Possibilita, conforme Gil (1994), maior aproximação com o objeto de pesquisa. A pesquisa bibliográfica, sendo ela exploratória, não significa a não sistematicidade ou rigorosidade, pelo contrário; conforme Lima e Miotto (2007), implica em leituras exploratórias, leitura seletiva, leitura reflexiva e crítica. Ainda segundo essas autoras, exige-se observância das etapas de leituras e questionamentos e, interlocução crítica e reflexiva sobre o objeto bibliográfico delineado ao estudo. Uma das vantagens de se trabalhar com estudos bibliográficos é que possibilita ao pesquisador ter maior possibilidade de correlacionar um maior número de perspectivas ou fenômenos do que outros tipos de pesquisa. Neste sentido, o artigo em tela adotou a abordagem metodológica qualitativa, uma vez que, possibilita ao investigador, maior profundidade no sentido da compreensão do que se propõe a estudar (CHIZZOTTI, 2006); (BOGDAN E BILKEM, 1994).

A análise esteve embasada na análise temática na propositura apresentada por Bardin (2007). Assim, adotamos dos três procedimentos proposto por este autor, a saber: Pré análise, onde se escolheu os textos a serem integrados ao estudo; exploração do material, ou seja, o exame um pouco mais detalhado onde observou-se a relação dos textos com o objetivo planejado; por fim, o tratamento, ou seja, o “exame” propriamente dito sobre os textos. Textos estes, reiteramos, que sejam elaborados pelos autores estudados, Fernandes e Azevedo, ou por outros/as que se propuseram a estudar a contribuição destes autores no cenário da educação nacional.

O PENSAMENTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DE FLORESTAN FERNANDES E FERNANDO DE AZEVEDO

Florestan Fernandes: entre o acadêmico e o militante

O projeto de educação defendido por Florestan Fernandes volta-se à perspectiva socio-histórica da sociedade brasileira. Tem a educação como um elemento necessário para a mudança social, a qual esteve segundo o autor, alinhada às lógicas operantes das políticas conservadoras, vinculados a um ideário “desenvolvimentista”, “modernizador”, “conservador”, em seu processo de mudança, pelo capital externo vinculado aos interesses elitistas.

O pensamento florestiano perpassa dois pontos importantes para compreendermos a sua trajetória de vida. A primeira refere-se a uma fase científico acadêmica, onde suas preocupações voltam-se na necessidade de compreender o contexto histórico/sócio/político referente ao período de 1941 – 1968; a segunda fase de sua trajetória caracteriza-se pela político-revolucionário onde o autor busca demonstrar as necessidades de uma transformação, bem como aos dilemas educacionais entre 1970 – 1986. Para tanto, é possível identificar que sua tese perpassa na defesa de que não há somente uma identificação apenas com o labor científico propriamente dito e, a transformação social, mas um envolvimento do intelectual eminentemente, de militância política (FERNANDES, 1977).

Nesta perspectiva, de acordo com Soares (1997) Florestan Fernandes, durante sua trajetória na Universidade de São Paulo (USP) voltou-se à preocupação em discutir uma alternativa de projeto nacional condicionando-o para uma transformação social, através da inclusão das minorias sociais, concomitante, contestando o pensamento clássico weberiano que defende a ruptura entre política e ciência. Florestan Fernandes foi eleito Deputado Federal em dois mandatos consecutivos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nessa triangulação entre parlamentar e acadêmico, manteve-se sempre inclinado a este último.

Sua trajetória enquanto intelectual orgânico, estivera demarcada pela forma de pensar a realidade brasileira. Suas análises sempre estiveram aliadas um ponto de vista sociológico, isto implica afirmar que além “de ter erigido o estilo acadêmico de reflexão, submetido às diretrizes do conhecimento rigoroso, sem excluir, no entanto, uma perspectiva analítica comprometida, vivamente entranhada na realidade do país (ARRUDA, 1996, p.11).

Nessa perspectiva, a defesa daquele pensador inscreve-se na importância da ciência como “ciência aplicada” e a “educação” como fator de mudança social, colocando a ciência de

modo institucionalizado, tendo em sua finalidade um papel transformador da sociedade. Isto sinaliza que este pensador, concebia que a ciência quando alinhada a formulações adequadas para serem atingidas e a um projeto democrático, seria elemento indispensável às transformações sociais concretas. Posto que, em seu contexto (e ainda hoje), às “ordens” socioculturais, prevalecem as concepções tradicionalistas de mundo e a dominação patrimonialista face aos problemas sociais, hostis aos influxos renovadores de consciência social ou mudanças estruturais mais significativas.

Segundo o autor, os desafios colocados à educação em uma perspectiva macrossociológica, traz à tona a necessidade de uma conscientização da situação brasileira sob os problemas educacionais, que contrariando a concepção tradicional dominante defende a necessidade de um projeto educativo que forneça os elementos necessários as condições psicossociais e socio-culturais para a construção de um tipo de sistema educativo que respondessem aos problemas sob os quais a sociedade defrontava.

Os problemas educacionais brasileiros visto de uma perspectiva macrossociológica, apresentam-se, em grande parte, como produto de nossa incapacidade de ajustar as instituições educacionais às diferentes funções psicoculturais e socioeconômicas que elas devem preencher e criar um sistema educacional suficientemente diferenciados e plástico para corresponder, ordenadamente, à variedade, ao volume e ao rápido incremento das necessidades escolares do País como um todo. (FERNANDES, 2005)

Nesta perspectiva a necessidade de constituir um sujeito onilateral capaz de desenvolver habilidades e competências racionais e intelectuais perpassa também em desenvolver condições favoráveis para em intervenção na realidade, sendo possível constituir ações construtivas no meio social. Para Fernandes (1966), a mera alfabetização ou preparação para o mercado de trabalho não é suficiente para que o indivíduo se aproprie dos bens culturais essenciais para o exercício da cidadania e da ética, capazes de elevar o desenvolvimento não só do setor econômico como também do setor cultural e social “[...] não basta alfabetizá-lo, para que ele adquira nova mentalidade e se converta em agente econômico eficaz, em agentes políticos responsável ou um agente social construtivo”(FERNANDES, 1966, p. 455).

Azevedo e a Educação Nova

Como já é sabido, Azevedo (1894-1974) foi um grande expoente da intelectualidade social e pedagógica brasileira do século XX. Autor de vasta produção bibliográfica nos âmbitos sociológicos, políticos e educacionais; todas “envelopadas” de uma leitura holística das questões sociais, o que mostra uma leitura articulada e complexa do autor, referente aos fenômenos de suas investigações.

Segundo Brito e Cardoso (2014) a relevância de Azevedo no cenário educacional brasileiro de meados do século XX é tal, que vários estudiosos propuseram em estudar o pensamento deste autor escolanovista. Neste aspecto, Nascimento (2011) em sua tese de doutoramento ao examinar a contribuição do supracitado autor à institucionalização no Brasil, conclui que em média, 90% dos estudos feitos sobre este intelectual, está no campo da educação.

Conforme se observa em Saviani (2008) Azevedo se estabelece como autor, quase que inevitável a quem estuda educação, no período demarcado como renovador no cenário da educação pública brasileira que se dá entre 1930 e 1960. Neste contexto, destacam dentre outras coisas no cenário pedagógica, três fatores, a saber: I – o Movimento Escola Nova – acionado em termo de demarcação política – em 1932 com o famoso manifesto dos pioneiros assinados por 26 intelectuais; II – as disputas políticas dos publicistas e privatistas pelo controle pedagógico no país; III – a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação promulgada em 1961.

Um dos principais expoentes do Escolanovismo no Brasil, Azevedo é considerado pertencente a primeira leva de intelectuais da educação Nacional. Obviamente que essa associação se dá em virtude do lugar político e simbólico que ocupa no cenário federal através do Manifesto de 1932. Orientado por uma leitura “funcionalista” Durkheimiana, concebia que a educação não só era elemento necessário à mudança social, como deveria ela própria, de modo sincrônico, passar por mudanças no sistema educativa, vinculado e subordinada a racionalidade tradicionalista tipicamente colonial, considerando o momento ao qual a sociedade brasileira vinha se desenvolvendo, ou seja, estabelecer um conjunto de princípios que dirija a educação para as necessidades da atual sociedade; do contrário, não haveria o progresso social de forma ordenada (AZEVEDO, 1944).

Mudanças essas “materializadas” estruturalmente no Manifesto dos Escolanovistas em 1932. Tais mudanças estavam alinhadas em certo sentido a uma cosmovisão estrutural da sociedade brasileira, a qual transitava à passagem de um modelo societal agrário para urbano e industrial. Essa mudança paradigmática, para os intelectuais do Movimento Escola Nova no Brasil, implicava diretamente à formação/escolarização em massa, pois além de formação prática e outras necessárias aos novos postos de trabalho da industrialização emergente, carecia a população de mudança – também – de mentalidade. Daí a defesa do referido manifesto, de um modelo escolar público, democrático e laico.

Segundo o Manifesto dos pioneiros, a educação deveria sempre, estar em concomitância com o modelo de vida, as concepções políticas, sociais e filosóficas de cada época, portanto,

deveria, a seu turno, a educação ser determinada pela estrutura da sociedade. Neste aspecto, aqueles atores da Educação Nova, exprimiam àquele documento histórico, que sendo a educação dispositivo do conjunto integrado da sociedade, não poderia ela ficar refém as ordens pedagógicas já superadas. Assim, deveria a escola nova ser assídua à defesa da sistematicidade face as artificialidades e verbosidade pedagógica operante à época. Práticas aquelas, já não correspondente às concepções de homem/mundo tão pouco à configuração social – industrial – emergente do contexto.

Em superação daquela lógica social e pedagógica, o referido Manifesto gritava que a educação nova se apoiava em três pilares irrevogáveis às novas demandas da sociedade brasileira.

Primeiro, deveria ser a educação, tarefa do Estado, portanto, pública gratuita direcionada a todos com idade entre sete e quinze anos; comum e igual a todos neste recorte etário. Aí já se aloja o segundo pilar, o da escola democrática. Terceiro, o ensino laico. Isso implicaria, como resultado, mudanças estruturais na sociedade derivadas desse novo modelo de escola. Necessitava-se, portanto, de um modelo escolar Nacional sistemático em superação a reformas parciais (AZEVEDO, 1932).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Salvaguardando nossas limitações, reiteramos que o foco neste ensaio não foi o de um estudo aprofundado sobre os pensadores supracitados, e sim, pontuar alguns dos elementos do pensamento político educacional dos mesmos no cenário da educação pública do Brasil do século XX, especialmente, a partir do Movimento Escola Nova. Relembramos mais uma vez que não nos atemos em uma análise comparativa, muito pelo contrário. Outra coisa que carece ser destacado – o qual fazemos questão, é que o estudo, suscita a necessidade de continuidade, devido, dentre outras coisas, da atualidade e da importância destes intelectuais na arena da educação pública deste país.

É importante retornamos dois pontos fundantes do pensamento e atuação destes pensadores à educação. Primeiro trazem reflexões sociológicas como principio norteadores necessária à transformação social via um projeto que considera forma de desenvolvimento no sistema educativo. Segundo, que discurem a educação enquanto política pública indescritível a essa superação das desigualdades sociais, bem como a universalização do acesso a escola em um país em vias de industrialização, ou seja, de mudanças sociais concretas e de forma massificada. Salientamos ainda, a propositura funionalista Durkheimiana no diz respeito a dinamica

apreendida na sociedade vigente a cercar da educação como elemento social, referindo-se aos princípios conceituais de um solidariedade orgânica, posto que as mudanças sociais em voga não condizia com as requeridas circunstâncias em curso. As contribuições advindas de Durkheim implica no desvelamento da relação (dis)funcional entre sociedade e educação, sobre a correlata diferenciação erodindo no interior da sociedade tradicional e colonial, ou seja, uma desarticulação de uma solidariedade mecânica dando lugar as novas regras morais e de interdependências de novas funções próprias de uma solidariedade orgânica presente em certo sentido em ambos os autores, especificamente em Azevedo – um dos principais nomes da Escola Nova do Brasil.

Movimento este que se processa no Brasil à recusa ao modelo de educação, que segundo, os pioneiros, não atendia a demanda do conjunto da sociedade onde, em função da transição sociocultural que atravessava – do sistema agrário ao industrial urbano.

Aqule cenário de transição paradigmática da sociedade brasileira de rural a urbana/industrial “sacudiu” o clima político-social e intelectual. Poderíamos apenas a título de citação (sem nenhum comentário, pois não é o foco aqui) mencionar a Semana de Arte Moderna; a fundação do PCB (Partido Comunista Brasileiro); o ruralismo pedagógico – que se contrapunha piamente à filosofia da Escola Nova, pois a viam como que incoerente a estrutura social agrária brasileira.

Filosofia esta, cujo o ideário educacional pregado pelo Pioneiros fundamentava na organização sistemática da educação no Brasil. Não à toa o Manifesto dos Pioneiros iniciava observando que após 43 anos da instalação da República

[...] todos os nossos esforços, sem dúvidas de plano e sem espírito de continuidade não lograram ainda criar um sistema de organização escolar (...). Tudo fragmentado e desarticulado. (...) A situação atual criada pela sucessão periódica de reformas parciais e frequentes arbitrárias, lançadas sem (...) uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construção isoladas (...). (AZEVEDO, et al, 1932, p.1)

Para Azevedo (1932), os conflitos e a crise educacional gerada pelas profundas transformações na sociedade brasileira possuíam um sentido mais amplo, concebendo a educação princípios de totalidade fundamentado em um projeto nacional na constituição de um sistema educacional. Nesse sentido, o autor, percebeu a necessidade de um movimento renovador na educação capaz de promover mudanças significativas. Ao denunciar a falta de uma universalidade dos problemas educativos, o Manifesto aponta causa principal:

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado antes de organização do que de desorganização do aparelho escolar, e na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação (aspectos filosóficos social) e da aplicação

(aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da educação. (AZEVEDO, 1932, p. 1-2).

O Manifesto advogava para uma política educacional buscando instituir um sistema educativo. Azevedo quando se propõe a refletir sobre a cultura brasileira perceber a necessidade de uma mudança na mentalidade, ao contrário, não seria possível uma transformação significativa na vida social. Entendia a cultura como um meio fundamental que através de uma consciência transformada seria possível desenvolver aspectos fundamentais na sociedade. (MOREIRA, 1987, p. 107).

Neste interim, envolve a dualidade existente na educação de massa e a formação das elites. Nesse processo de transição, enquanto intelectual orgânico, seu pensamento, se estrutura contra as contradições existente no âmbito da economia política própria do regime totalitário. É possível perceber dois pilares que sustenta o pensamento azevediano para a sociedade brasileira via reconstrução social entrelaçando-a a ideia de sistema educacional: a) a mudança nas mentalidades e a b) educação e suas finalidades.

De certo, tais concepções são concomitante com o pensamento de Florestan Fernandes. Cujas reflexões e problematizações no campo pedagógico vão se construindo à medida em que verifica em suas análises, que os problemas educacionais no Brasil estava mais elevado que outros países do mundo moderno, herdada do antigo sistema escravocrata e senhorial . Isso em virtude, dentre outras coisas, ao lugar “marginal” dado a educação pública e universal brasileira, a qual nunca dispôs de resoluções significativas quando relacionada à própria dinâmica histórica e configuração social. Para tanto, os problemas era inúmeros sendo impossível constituir um sistema educacional cunhado em um espírito construtivista. Para Florestan, os problemas educativos eram “ resolvidos de forma insatisfatórias no passado ou nascidos com dinâmica da própria situação histórico-social no presente” (FLORESTAN, 1960)

Como pressuposto, considerada que para a resolução de tais problemas educacionais só podem possuir relevância por meio de uma mudança social organizada. A constituição de um sistema nacional de educação tendo como requisito essencial a integração sistemática das instituições escolares enquanto unidade estrutural não constitui nessa lógica, havendo variações que não possui um sentido universal de uma educação sistemática. Um aspecto importante refere-se ao limite na educação sistemática que opera como fator social construtivos, pois, deixam de satisfazer fatores condicionantes de mudança necessário ao desenvolvimento educacional .

A discussão de Fernandes (2005) sobre a ciência aplicada e educação se dá no âmbito sociológico. O autor está preocupado com o impacto da concepção e do papel da ciência

aplicada na educação e de ambas na e como fatores de mudanças sociais aplicada, ou seja, como dispositivos que arrojam e/ou fomentam de forma estrutural e simbólica certos modos culturais históricos de sociedade. Esse conjunto interconectados de conceitos ganhou vida material, segundo o autor, na esfera pedagógica especialmente a partir do século XVIII e XIX com a ampliação e legitimação crescente das ciências aplicadas, sobretudo, como resposta a revolução industrial. Decorreram dessa concepção de ciências, vários modos de fazer as coisas e de relacionar-se com elas. Assim, a ciência não produziu apenas o progresso de suas produções materiais e culturais, mas sobretudo, nas relações de poder.

Neste aspecto, a ação pedagógica/educacional sistemática torna-se instância última no processo de regulação desse progresso “científico”, embora o autor, chama a atenção para o fato mesmo do não limite da educação a essa lógica, e sim, do limite do papel pedagógico que em última e grosseira análise, corrobora a essa concepção. Isso conforme o autor, mantém a intelectualidade dos agentes da docência, impotente (p. 130).

No caso brasileiro, isso não se deu de forma diferente, antes, contudo, associado a esse modelo, imperou também, o padrão autoritário e excludente. Denuncia ainda o autor, que o modelo educacional não se ajustou nem estrutural nem funcionalmente às exigências da sociedade a quem se destina. Por isso, seu rendimento restringe-se unicamente ao planejado, que é o da pura e simples transmissão de informação. Assim, a precariedade da educação esbarra e/ou resulta de duas coisas: o apego a concepções obsoletas de ciência – aqui como atividade cultural produzida historicamente pela própria ciência – que impera ainda, no pedagógico; e falta de recursos financeiros mesmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito reiteradas vezes, ainda que o foco aqui não foi um exame detalhado do pensamento destes autores no cenário pedagógico brasileiro, verificou-se que ambos os intelectuais tiveram – enquanto pesquisadores no campo da sociologia e da educação –, relevância vultosa no cenário nacional à luta por um projeto social e nacional de educação como elemento último de transformações sociais.

Os referidos intelectuais, se inserem no debate sobre a educação pública em um contexto histórico cujas demandas pela educação tornara-se, inviolavelmente hemerante, face à nova configuração social brasileira do contexto de fins da década de 1920 e início de 1960 avultada em um ideário desenvolvimentista industrial e urbano. Diante de várias disputas pelo poder

pedagógico entre publicistas/laicistas e privatistas/católicos, ganha notoriedade e campo no cenário educacional o movimento escolanovista, cuja matriz filosófica assentava-se à crença em uma transformação radical, não só em sentido de ser a educação, tarefa do Estado, mas ser ela própria, transformada em sua forma aplicável. Isto é, a proposta da Escola Nova implicava numa nova forma de se operar a didática, os conteúdos e a maneira como deveriam ser trabalhados em sala de aula. Isso significava em termos concretos, mudanças paradigmáticas de se pensar a educação.

Portanto, observou-se, primeiramente, que a contribuição de ambos os pensadores à Educação Nacional gira ao redor à defesa da educação como fator de mudança social profunda e que, ambos os autores analisam a educação em termos, sobretudo, sociológicos. Em segundo lugar, destaca-se a concepção filosófica que Fernandes imprime a educação científica como instrumento de mudança social aplicada. Em terceiro, a leitura estrutural da sociedade e do lugar da educação que Fernandes, através do Movimento Escola Nova, problematiza concernente as mudanças educacionais pública. Por fim, destaca-se a importância de continuidade do estudo desses pensadores no cenário político educacional brasileiro, apesar obviamente, dos limites epistêmicos, os quais não escapam a quaisquer que seja o pensador ou epistemologia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. A renovação e unificação do sistema educativo. In: **A cultura brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

ARRUDA, Maria A. do N. "**Revisitar Florestan**". Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: ANPOCS, 1996. n. 30, Ano 11, fev. 1996, p. 11 - 15.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto de France. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Características da Investigação qualitativa. In: **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora. Porto. 1994. p. 47-51.

BRITO, Silva Helena Andrade de; CARDOSO, Maria Angélica. Fernando de Azevedo (1894-1974: uma mesma obra e suas várias leituras. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 60, .p. 143-157, dez. 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **Constituinte de 1823 e a educação**. In: FÁVERO, O. (Org). *A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. Campinas: Autores Associados, 1996. p.31-53.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3^o ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

_____. **Ensaio de sociologia geral e aplicada**, Liv. Pioneira Ed., São Paulo. 1960.

_____. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. A ciência aplicada e a educação como fatores de mudança cultural provocada. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 86, n. 212, p. 125-161, 2005.

GIL, Antônio. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MORREIRA, Maria L. de O. Penna. **Fernando de Azevedo** - educação e mudança social. Prêmio Grandes Educadores. Brasília: INEP, 1987. p. 97 – 216.

NASCIMENTO, A. S. **Fernando de Azevedo**: dilemas na institucionalização da sociologia no Brasil. Araraquara: 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – UNESP.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História da ideias pedagógicas no Brasil**. 2^a ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

SOARES, Eliane Veras. **Florestan Fernandes**: o militante solidário. São Paulo: Cortez, 1997.